

O Estado reconhecidamente falido em termos de saúde. Como retrata esta situação na semana de sua posse?

AROUCA — Eu já conhecia essa situação, pelo próprio trabalho da Fiocruz. A questão dramática de saúde no Brasil foi uma bomba-relógio montada em 20 anos de autoritarismo que explodiu de forma mais significativa no Estado do Rio. O que caracterizou essa explosão foi o surgimento, no ano passado, da dengue e do aumento de casos de Aids. Essas duas doenças dão a dimensão do problema.

O GLOBO — Como foi montada essa bomba?

AROUCA — Nos últimos anos foram aplicados cada vez menos recursos na saúde. Como a saúde nunca foi prioritária, abriu-se um processo de mercantilização desenfreado. O serviço público foi completamente sucateado e o tratamento dado a pessoal e recursos humanos resultou em baixos salários, nenhuma possibilidade de promoção e até um perverso acordo segundo o qual pagava-se muito pouco e não se exigia trabalho. Em certo instante, a Previdência já não contratava médicos na área de medicina preventiva, nem nas de saúde pública, epidemiologia e doenças infecciosas. Toda ditadura diz que educação e saúde são prioridades, mas a vida não obedece à lógica do discurso.

O GLOBO — Por que a epidemia de dengue explodiu no Rio?

AROUCA — A epidemia de dengue, que apareceu aqui poderia ter surgido em qualquer outro lugar, porque o *aedes* está espalhado pelas principais cidades do País. Mas tudo que o Brasil sofreu em política social aqui também ocorreu na "financiarização". O descaso com saúde, desde a fusão do Estado, foi para ninguém botar defeito. Com uma Secretaria estadual de Saúde fraca, grande processo de mercantilização da saúde, principalmente nas áreas carentes, migração intensa, favelas ligadas ao centro urbano, cidade de porto, falta de saneamento na Baixada Fluminense, o Estado do Rio teve mais elementos para esse tipo de explosão.

O GLOBO — Além de dengue e Aids, quais os outros efeitos dessa bomba no Estado?

AROUCA — Ainda estamos levantando dados para um completo diagnóstico. Como a transmissão foi complicada e na prática não existiu — não pelo antigo Secretário, com quem mantenho as melhores relações, nem por seu corpo técnico, mas pela crise geral que ocorreu —, começamos a trabalhar por via indireta. Temos mortalidade infantil alta, a tuberculose está em expansão, a infecção hospitalar é seriíssima e estamos sujeitos a um surto de malária, já que temos o vetor e grande migração. Temos de tudo: leishmaniose (também transmitida por mosquitos), leptospirose (transmitida por ratos), lepra — em 1985, havia 17,14 casos por cem mil habitantes, ou seja, o dobro do estimado em 1983 —, pólio, doença para cuja eliminação basta pingar uma gota na boca da criança — em 1982 houve dois casos mas em setembro de 1986 já havia 11 —, rubéola — a OPS indica a hipótese de um pico epidêmico neste ano —, e diversas outras.

O GLOBO — E a situação de hospitais e postos de saúde?

AROUCA — Para os hospitais, estamos partindo dos diagnósticos das comissões de ética do Conselho Regional de Medicina. É uma situação muito difícil. Eles também foram sucateados: faltam equipamentos, limpeza, manutenção de aparelhos, tudo. A infecção hospitalar é alta, e assim como a mortalidade materna e perinatal (da criança nos primeiros dias de vida), o que representa mau atendimento, já que quase cem por cento dos nossos partos são hospitalares. Temos quatro hospitais fechados, sete postos que também não funcionam em Caxias e já estamos discutindo o início da operação. Estamos levantando dados de postos que são subutilizados. Uma análise dos primeiros dados do Programa de Suplementação Alimentar indica que a capacidade do Estado para repas-

Arouca disposto a vencer desafio na área de saúde do Estado

ISABEL CRISTINA MAUAD

Com um extenso rol de doenças que variam das chamadas amazônicas, como a malária, às do Primeiro Mundo, como a Aids, o Estado do Rio é, na área de saúde, um gigantesco desafio para o sanitarista Antônio Sérgio da Silva Arouca, de 45 anos, que parece mesmo disposto a vencê-lo: na primeira semana da nova administração do Estado, ele foi consagrado o mais dinâmico Secretário do Governo Moreira Franco.

— Mas, como? Assume num dia e no outro já está na Baixada? — surpreendeu-se, terça-feira, o Bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito, um dos visitados na maratona da primeira semana de Arouca como Secretário estadual de Saúde, cargo que acumula com o de Presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Sua surpreendente jornada de trabalho, iniciada com a visita a Nova Iguaçu, na Baixada, invadiu o sábado, que ele sempre reservava para ficar em companhia da família. Três filhos e à espera do quarto para setembro, Sérgio Arouca, na acumulação de dois trabalhosos cargos, viveu uma semana bem diferente das anteriores e está disposto a manter o ritmo de mais

de 14 horas diárias de trabalho para conseguir adotar, no Estado do Rio, um modelo de reforma sanitária para todo o País. Tendo em vista este objetivo e o plano de emergência que pretende aplicar, com um inovador Sistema Estadual de Controle e Atendimento a Doenças Infecciosas, ele sabe que será obrigado a muitas alucinações, palavra para a qual inventou novo significado: "repensar a prática do serviço público". Afinal, recebeu uma pasta para a qual o Governo Brizola deu muito pouca atenção, chegando a reduzir, de 1983 a 1986, a participação da saúde no orçamento do Estado de miseráveis 2,59 por cento para 2,07 por cento. O sanitarista espanta-se com situações a seu ver surrealistas que encontrou na Secretaria, como o fato de seu antecessor não ter conseguido gastar mais de seis por cento de uma verba de Cz\$ 18 milhões repassada pelo Ministério da Saúde para diferentes programas, como os de lepra e tuberculose, doenças que se alastram assustadoramente pelo Estado.

— A verdade é que o descaso com a saúde, desde o processo de fusão do Estado, foi para ninguém botar defeito — ironiza Sérgio Arouca, na entrevista que deu ao GLOBO.

sar os alimentos que recebe é baixíssima. Estamos levantando os estoques na Cibrazen. É absurdo que fiquem alimentos armazenados enquanto a população, com crianças, passa fome.

O GLOBO — Como isto pode acontecer?

AROUCA — Não sei. Estou no diagnóstico ainda pelos resultados. O porquê, como acontece, só vou saber lá dentro. Isto parece caracterizar que os programas existentes aqui são de muito baixo impacto, mesmo

sando, numa relação de cooperação, de enfrentamento. A impressão que eu tenho é que o Governo passado centralizou toda sua atuação nos Cleps utilizando um Fundo Único. A Secretaria, para gastar, tinha de conseguir ir ao Fundo, e imagino que havia extrema dificuldade para isso. O segundo ponto foi o isolamento em que a Secretaria acabou ficando no relacionamento com outras instituições: Governo federal, Previdência, Ministério da Saúde. Ela se isolou e caiu numa descoordenação ainda maior, que se refletiu no combate à dengue. Cada uma das instituições briga sozinha.

O GLOBO — Todo o seu plano de saúde para o Estado e a adoção da reforma sanitária presumem coordenação entre todos os órgãos. Na prática, como isso será possível?

AROUCA — Na prática, começamos a integração dentro de casa. Minha prioridade é a Baixada Fluminense, onde os problemas são maiores em todos os níveis. Então, não adianta chegar lá sem integração dentro do próprio Governo. O principal ponto é que as Secretarias de Saúde, Educação, Promoção Social, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano cheguem juntas à Baixada. Em três dias de reuniões já conseguimos discutir um pacto entre elas e mais o Inamps, Faculdade de Medicina de Nova Iguaçu, Prefeitura de lá, Associação de Moradores e Igreja, para um plano integrado. Para os problemas do Estado temos um plano de desenvolvimento paralelo. Ou seja, enquanto estivermos fazendo reforma sanitária, que é um processo a médio e longo prazos, va-

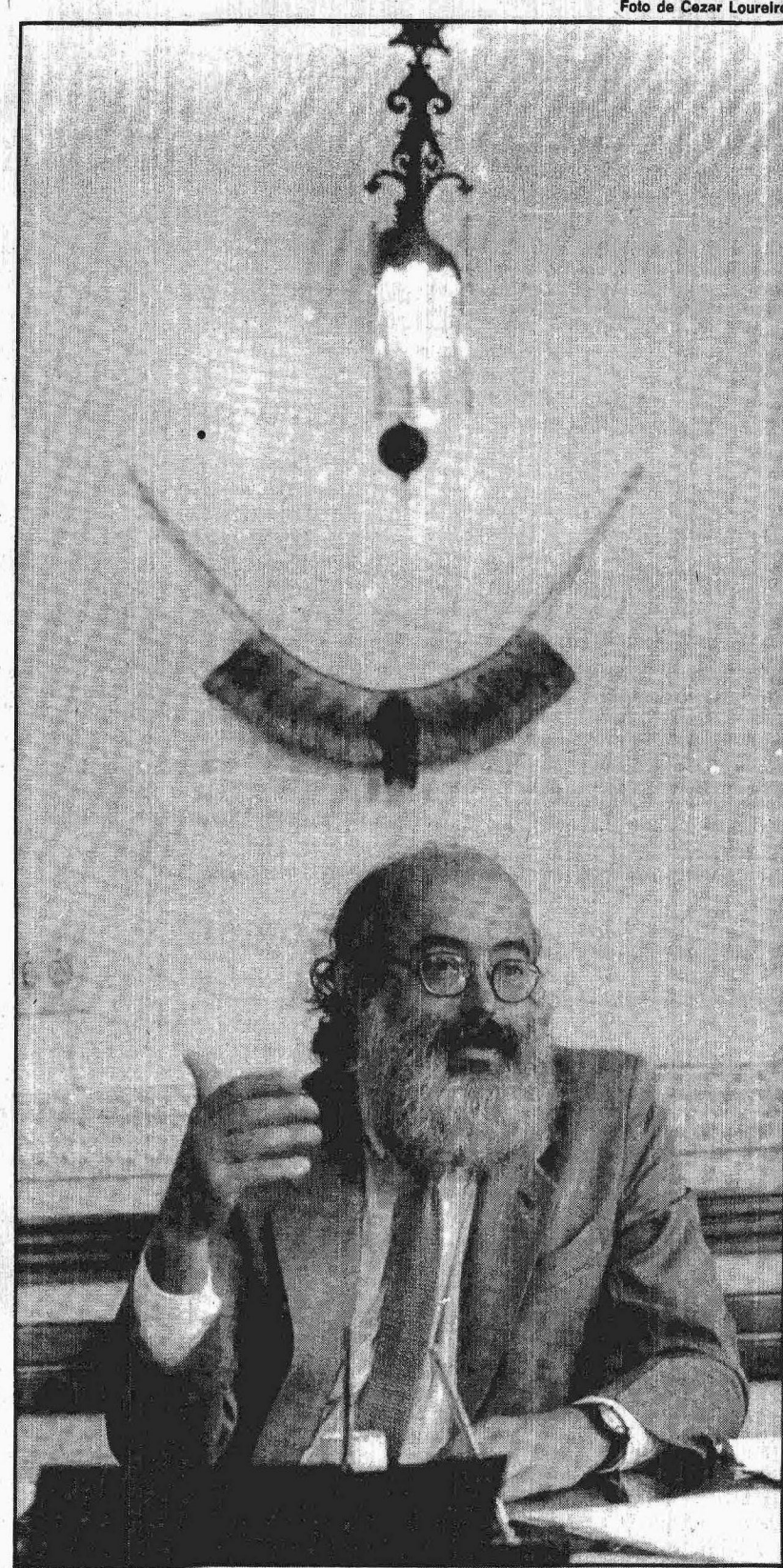
mos aplicando o plano integrado. Vamos montar um Fundo Estadual de Saúde, com recursos de todas as instituições que operam no Rio. O primeiro ponto fundamental é conseguir um comando único, a partir de um órgão colegiado em que estejam Inamps, Ministérios da Saúde e Educação, universidades, Secretaria Municipal etc, e que esse comando tenha um fundo capaz de assegurar a realização de atividades segundo um plano acordado.

O GLOBO — Além da municipali-

“A mortalidade infantil é alta, a tuberculose cresce e pode surgir um surto de malária”

zação, unificação dos serviços de saúde e criação de distritos sanitários, quais outras inovações em seus projetos?

AROUCA — Um grande desafio é começar no Estado a reforma sanitária. A idéia é fazer do Estado do Rio um modelo para o resto do País. Em relação a distritos sanitários, vamos dividir o Estado em unidades populacionais e geográficas, segundo as vias de comunicação e os serviços existentes. Vamos ver o que os serviços instalados resolvem e aumentar sua capacidade. Também os serviços do Estado ou do Governo federal que puderem ser administrados pelo Município nesse processo passarão para o Município. A gestão será municipal mas os funcionários continuarão



O sanitarista explica seus planos para deixar o Estado menos doente

federais, com todos os direitos mantidos. Já os novos contratos podem ser municipais. No nosso programa de governo estamos montando o Sistema Estadual de Controle e Atendimento de Doenças Infecciosas. Dentro desta idéia, o Hospital Torres Homem, em Bonsucesso, será cedido em comodato à Fiocruz e, a médio prazo, se transformará em grande hospital de nível nacional de investigação de doenças infecciosas e da Aids.

O GLOBO — Você diria que tem hoje as condições ideais para fazer a integração necessária a seus projetos?

AROUCA — Ideais não, porque não tenho dinheiro. Pelo menos para este ano. Há compromisso do Governador de ir aumentando gradativamente os recursos. Espero que cheguemos a um patamar mínimo de oito por cento do orçamento do Estado para a Saúde. Com alucinações, que é repensar a prática do serviço público, e muito trabalho, já neste ano pretendo arrancar para a reversão do quadro de saúde no Estado. Em termos de articulação política, é difícil chegar a uma situação tão boa como esta para a integração. Existe acordo entre os Ministros da Saúde, Previdência e Educação. O Presidente do Inamps, Hésio Cordeiro, é companheiro meu de luta pela reforma sanitária: ambos integramos a Comissão Nacional de Reforma Sanitária, temos o mesmo projeto. Estou com o apoio do Governador. O relacionamento com o Município é bom. Tenho possibilidade de sustentação técnica da Fiocruz, apoio dos reitores da Fluminense e UFRJ, acordo com o Superintendente do Inamps,

integração entre Secretários. Vou ter reuniões com entidades médicas e profissionais da área para discutir o projeto. Se a crise econômica não for tão grande, a ponto de nos permitir um período de trabalho pacificado em termos de lutas salariais, serão criadas condições excelentes.

O GLOBO — Em geral, sempre se condena acumulação de cargos. É possível ocupar duas funções e ser eficiente em ambas?

AROUCA — Não estou acumulando cargos e sim trabalho (ri). Não

“Só em Duque de Caxias quatro hospitais estão fechados e sete postos de saúde não funcionam”

sei, é um desafio. A possibilidade de acumular dependerá da equipe que vou conseguir na Secretaria. A que montei na Fiocruz está uma maravilha. A montagem da Secretaria enfrenta dificuldades, porque os cargos de confiança têm níveis salariais muito baixos. Para ter qualquer especialista só poderei levar quem já tenha algum vínculo. Isto depende de que o sujeito resolva abandonar o que está fazendo, que a instituição o libere, que consiga compatibilizar o aspecto legal. Para levar cada pessoa para lá é uma batalha. Por enquanto, sou só eu. Mas na elaboração do plano trabalharei mais de cem pessoas voluntárias que estão entusiasmadas com a idéia. Quais vão participar de sua execução, isto estamos vendo.